



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais

**A Cooperação Entre Países em Desenvolvimento
e A Internacionalização da Pesquisa Agropecuária Brasileira**

Roberta dos Santos Barbosa

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do
título de Especialista em Relações Internacionais pela
Universidade de Brasília.

Orientador: Professor Doutor Eiiti Sato

Brasília

2015

RESUMO

O objetivo deste artigo é relacionar os avanços do processo de internacionalização da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com o esforço promovido pelo governo brasileiro para a cooperação entre países em desenvolvimento a partir de 2006. Em resposta a uma política exterior cujos principais eixos estratégicos se voltaram para o apoio logístico do Estado à expansão das atividades de empresas brasileiras no exterior, bem como ao ganho de espaço em fóruns multilaterais por meio, entre outras ferramentas, da aproximação com outros países em desenvolvimento, a transferência de tecnologia gerada pela pesquisa agropecuária brasileira consolidou-se um importante vetor da cooperação técnica promovida pelo governo brasileiro.

Palavras-chave: política exterior, cooperação internacional, internacionalização de empresas brasileiras.

ABSTRACT

This article aims to relate the advances in the internationalization process of the Brazilian Agricultural Research Corporation (Embrapa) with the efforts of the Brazilian government to promote international cooperation between developing countries from 2006. Technology transfer of results achieved by the Brazilian agricultural research has become an important vector of the technical cooperation provided by the Brazilian government, in a foreign policy whose main strategic axes were the logistical support of the State for Brazilian companies to expand overseas and the attempt to gain space in international fora through the approximation to other developing countries.

Key words: foreign policy, international cooperation, internationalization of companies.

Introdução

A partir de 1945, a intensificação dos processos de internacionalização do comércio, dos fluxos financeiros e das empresas, além do surgimento de novas técnicas de comunicação e informação aceleraram o processo de globalização. Nesse cenário de crescente interdependência entre as nações, a agenda internacional tornou-se múltipla e temas como pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia, segurança alimentar, sustentabilidade na agricultura, mudanças climáticas, entre outros, passaram a ter maior espaço na pauta dos Estados.

Para a diversidade de temas, resulta também uma diversidade de atores representantes do interesse do Estado participando e promovendo relações externas e desenvolvendo vínculos entre as agências burocráticas de diferentes governos, em sintonia e complementaridade à atividade dos diplomatas e demais integrantes do serviço exterior.

Segundo dados consolidados pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA)¹ em 2013, a cooperação técnica internacional entre o governo brasileiro e países parceiros é hoje realizada por mais de 170 órgãos do governo federal, incluindo ministérios, autarquias, fundações e empresas públicas em áreas diversas, tais como agricultura, educação, ensino profissionalizante, saúde, meio ambiente, administração pública, transportes, energia, saneamento, construção de casas populares, cultura e justiça.

Dentre esses órgãos, encontra-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que apresenta participação crescente em ações de cooperação técnica coordenadas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a partir de 2006. Tendo como norte a agenda para a cooperação técnica e as diretrizes da política exterior brasileiras, a empresa vem realizando, ao longo dos últimos nove anos, esforços contínuos no sentido de melhor estruturar-se para aperfeiçoamento e dinamização de suas articulações com potenciais parceiros internacionais.

Como resultado, a empresa conta, atualmente, com uma estrutura administrativa que envolve diretamente 57 empregados, entre pesquisadores,

¹ IPEA. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira de Cooperação. Brasília : Ipea : ABC, 2013.

analistas e técnicos. Cabe a essa estrutura central, desdobrada em uma secretaria e em escritórios e laboratórios no exterior, a responsabilidade de articular e engajar nos projetos de cooperação internacional executados pela empresa uma rede de profissionais lotados nas 46 Unidades Descentralizadas espalhadas pelas cinco regiões brasileiras. Além dos recursos humanos necessários para tal esforço, institucionalmente a empresa também teve seus documentos orientadores e normativos adaptados e melhorados para desempenho de atividades no exterior. Dessa forma, além dos projetos de cooperação científica e de cooperação técnica bilateral para ações pontuais a que empresa já vinha realizando, a Embrapa passou a ser mobilizada a participar também de projetos de maior complexidade, duração e investimentos, especialmente na América Latina e na África.

Dos projetos realizados, destacam-se os implementados em Moçambique, país que compartilha o português como idioma oficial e que possui uma área de interesse agropecuário com características semelhantes às do Cerrado brasileiro, bioma cujos altos índices de produtividade agropecuários foram alcançados por meio da pesquisa agropecuária empreendida pela Embrapa com parceiros nacionais e internacionais. Os programas de cooperação em território moçambicano despertam interesse tanto pelo volume das ações ali implementadas – o país participa de três projetos de maior envergadura, chamados projetos estruturantes – quanto pela projeção alcançada: a implantação e manutenção dos projetos, bem como as contundentes críticas que recebem, reverberam na imprensa brasileira.

Apesar das eventuais críticas recebidas, especialmente por se tratar de ações de cooperação realizadas por um país no qual ainda persistem problemas de acentuada desigualdade social, a transferência das tecnologias geradas pela pesquisa agropecuária brasileira a países em desenvolvimento consiste em uma importante ferramenta para a estratégia de inserção internacional adotada pelos governos brasileiros a partir de 2006.

Para além da promoção de práticas agropecuárias sustentáveis e da solidariedade em relação a países que se encontram em um estágio menos elevado de desenvolvimento, a pesquisa agropecuária, chancelada pelos bons resultados do agronegócio brasileiro, converteu-se em vetor de aproximação em direção a países

que despertam interesses do Brasil para o estabelecimento de promissoras parcerias comerciais e também para fins de estabelecimento de zonas de influência e *soft power*.

A Embrapa e a pesquisa agropecuária brasileira

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Fundada em abril de 1973, tem por objetivo primeiro planejar, orientar, controlar, executar e supervisionar atividades de pesquisa agropecuária, a fim de produzir conhecimentos tecnológicos para emprego no desenvolvimento da agricultura nacional.

A Embrapa é responsável pela coordenação do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), que congrega 23 Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária e dezenas de unidades integradas, especialmente universidades e instituições públicas e privadas vinculadas à atividade de pesquisa agropecuária, de forma direta ou indireta.

Atualmente, a empresa conta com 46 Unidades Descentralizadas distribuídas nas cinco regiões brasileiras; quatro Laboratórios Virtuais no Exterior (Labex), distribuídos entre EUA, Europa, China e Coréia do Sul e três Escritórios Internacionais na América Latina e África. Além disso, conta com orçamento anual de R\$ 2,6 bilhões e um quadro de 9.790 empregados, sendo 2.444 pesquisadores; 2.503 analistas; 1.780 técnicos e 3.063 assistentes (EMBRAPA, 2015).

A empresa tem experiência reconhecida em agricultura tropical e participou ativamente da expansão da fronteira agrícola para o Cerrado. Por meio da pesquisa agropecuária tornou-se possível, por exemplo, a cultura de grãos de clima temperado, como o trigo e a soja, na região Centro-Oeste. Entre os trabalhos desenvolvidos com vistas ao aumento de produtividade no Cerrado brasileiro, podem-se citar a adubação verde, soluções para evitar a acidez do solo e a toxidez do alumínio, sistemas de irrigação, variedades para o estabelecimento de pastagens, aproveitamento de espécies nativas, produção de bovinos de corte e de leite e controle integrado de

pragas. Em 2002, o bioma Cerrado respondia por 25% da safra brasileira de grãos, 40,5% do rebanho bovino nacional (EMBRAPA, 2002:50).

Atualmente, o Brasil é grande produtor de grãos, carne e frutas, e o setor agropecuário contribui com 22% do PIB e 37% da força de trabalho. O Brasil ampliou seu protagonismo no cenário internacional nos anos 2000. Em termos de comércio, é um dos grandes *players* no mercado mundial de minérios, do complexo de soja, complexo sucroalcooleiro, carnes e café, dentre outros produtos primários. Possui ainda potencial nos mercados de cereais e produtos agroindustrializados em geral. Conta ainda com diversidade energética (etanol, pré-sal, hidroeletricidade, energia eólica e solar) e dispõe de uma das mais amplas biodiversidades do planeta (CACCIAMALI, BOBIK e CELLI JR, 2012:99) .

O notável aumento de produtividade da agricultura brasileira fez do país destaque na produção agropecuária mundial, e da agricultura tropical uma aposta para a solução do problemas de oferta mundial de alimentos, fibras e energia. Do sucesso da agricultura brasileira advêm as credenciais para a participação crescente da Embrapa em ações de cooperação técnica internacional empreendidas pelo Governo Brasileiro.

A cooperação internacional na Embrapa até 2005

O desenvolvimento científico e tecnológico requer interação entre diferentes países para florescer: à medida que nações avançam na escala do desenvolvimento, avançam também sua integração com outras sociedades (SATO, 2010:49). Desde sua implantação, a Embrapa se beneficia da cooperação internacional. Ainda na solenidade de instalação da empresa, em 26 de abril de 1973, o então Ministro da Agricultura Cirne Lima destacou, em seu discurso, a necessidade da cooperação internacional (CABRAL, 2005:33) para a atuação da instituição nascente.

Em 1974, ocorreu a definição da linha de atuação da empresa por meio do “Modelo Institucional de Pesquisa Agropecuária”, documento que definiu os mecanismos e instrumentos a serem utilizados na condução dos trabalhos da pesquisa agropecuária no Brasil (CABRAL, 2005:85). A implantação desse Modelo contou

com o apoio técnico de centros internacionais de pesquisa agropecuária, tais como o Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) e de agências internacionais, como o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a United States Agency for International Development (USAID), além do apoio financeiro por meio de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Ainda nessa fase, a instituição contou com a cooperação bilateral de países como EUA, Japão, França, Austrália, Argentina, Israel México e Espanha, entre outros (CABRAL, 2005:86).

A vocação internacional da Empresa se confirmou com a Programa de Recursos Humanos para o biênio 74/75, que compreendia, entre outras ações executadas em território brasileiro, um programa de treinamento de 140 técnicos no exterior direcionado a cursos e estudos relacionados com as prioridades da instituição (CABRAL, 2005:97). Ao fim do programa, em 1976, a Embrapa contava com um corpo de pesquisadores constituído em mais de 80% de pós-graduados (CABRAL, 2005:102).

Além disso, a empresa contava com apoio para captar recursos externos por meio do BIRD e do BID (CABRAL, 2005:109) e, graças a essas fontes, que custeavam a construção dos Centros Nacionais de Pesquisa (Unidades Descentralizadas da empresa), a compra de equipamentos para os novos laboratórios e a contratação de consultores externos, a instituição não se viu gravemente afetada pela crise do petróleo em 1979, por exemplo (CABRAL, 2005:140). Os recursos provenientes dessas duas instituições, bem como recursos próprios da Embrapa e acordos de empréstimos com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a USAID, custearam também os programas de pós-graduação empreendidos pela Empresa em sua década inicial (EMBRAPA, 2002:126).

O treinamento de pesquisadores do quadro da empresa no exterior, bem como a vinda de técnicos do estrangeiro, tem por objetivo promover o intercâmbio de conhecimentos e interesses, sejam estes cooperativos ou comerciais. Como exemplo desse tipo de ação, já no início dos anos 2000 a Embrapa mantinha em seu Centro

Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura (a unidade Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical) intercâmbio com países da África também consumidores do tubérculo, que enviaram técnicos para treinamento em Cruz das Almas (BA) (EMBRAPA, 2002:173).

Sobre a cooperação técnica da Embrapa cabe destacar que :

“A atividade era balizada como instrumento de apoio à iniciativas estratégicas e globais do governo brasileiro; fator de promoção do desenvolvimento sustentável; fator de expansão da base científica e tecnológica; instrumento de suporte e fortalecimento institucional e oportunidade de compartilhar, e não apenas apropriar-se, de conhecimentos e experiências – cooperação fundamentada na reciprocidade ou no proveito mútuo” (EMBRAPA, 2002:213).

Aos 25 anos da instituição, impulsionada pelo contexto de intensificação da globalização e da revolução tecnológica, a Embrapa orientava sua pesquisa para o mercado e para a demanda, a sustentabilidade e a qualidade total, criando os Laboratórios Virtuais no Exterior (Labex) (CABRAL, 2005:202). Essa iniciativa tinha por objetivo aproximar os pesquisadores da empresa, de um contexto de país em desenvolvimento, a pesquisadores de elite de outros países mais desenvolvidos em torno de projetos de pesquisa de ponta.

No começo dos anos 2000, a Embrapa contava com mais de duzentos projetos de cooperação com entidades estrangeiras e internacionais de mais de cinquenta países. As principais entidades de cooperação eram, à época, francesas – Centre de Cooperation Internationale em Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD) e Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement em Cooperation (ORTOM) – e japonesas – a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), cuja parceria iniciou-se na década de 70 (EMBRAPA, 2002:213).

Ainda, como parte de sua atuação internacional, a empresa brasileira faz parte do organismo que coordena os Centros Internacionais de Pesquisa Agropecuária (CGIAR) e realiza intercâmbio com os centros internacionais, atuando em diferentes continentes (CABRAL, 2005:251).

A cooperação internacional enquanto ferramenta essencial das Relações Internacionais

A partir da Segunda Guerra Mundial, a globalização, que inicialmente era compreendida como um fenômeno próprio da economia, intensificou-se e revelou-se um processo mais amplo, envolvendo todas as esferas das relações humanas. Também a partir da Segunda Guerra, se iniciam os programas regulares de assistência técnica mantidos, primeiramente, pelas potências coloniais européias e, posteriormente, pelos Estados Unidos. (CORRÊA, 2010:11). Nesse contexto de maior interdependência entre as sociedades, a cooperação internacional passou a integrar a rotina da formulação de políticas das nações (SATO, 2010:47).

A cooperação internacional se desenvolve principalmente por meio de duas modalidades: a cooperação Norte-Sul e a Cooperação Sul-Sul. Diferenciam-se basicamente, pelo fato de a primeira ser provida pelos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento enquanto a segunda é realizada entre países em desenvolvimento. Entretanto, as a diferença entre os atores envolvidos resulta em dinâmicas distintas e, no caso, da cooperação Sul-Sul, complexas.

Por se tratar de uma prática mais antiga e realizada por um número relativamente restrito de países, a cooperação Norte-Sul tende a maior homogeneidade em termos de motivações e práticas. Trata-se de uma modalidade de cooperação marcada pela verticalidade, em que países considerados desenvolvidos segundo os critérios adotados pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) financiam ações relacionadas a diferentes temas de cooperação a países beneficiários, a saber, países em desenvolvimento.

Uma característica relevante da cooperação Norte-Sul é a existência de condicionalidades para o acesso a cooperação, seja de ordem comercial, como a aquisição de bens e serviços provenientes do país doador, seja de ordem regulamentar, como a alteração de marcos legais do país beneficiário.

A cooperação Sul-Sul, por sua vez, tende a maior heterogeneidade, em virtude dos desníveis existentes entre os países envolvidos, oriundos de diferentes contextos políticos e econômicos. Embora exista há décadas, essa modalidade de

cooperação encontra-se em crescimento e se apresenta como um *locus* para experimentação de dinâmicas distintas da cooperação Norte-Sul, que tem a eficácia de seu modelo criticada em virtude do desenvolvimento efetivamente alcançado pelos países que dela se beneficiam.

A cooperação entre países em desenvolvimento tem como características principais o respeito à soberania dos países envolvidos e a não ingerência nos assuntos internos dos países parceiros. Além disso, apresenta vantagens comparativas em relação à cooperação Norte-Sul, como custos operacionais menores e o compartilhamento de tecnologias, práticas e experiências desenvolvidas em condições específicas de países em desenvolvimento, o que facilita a adaptação, disseminação e assimilação por países com características semelhantes (CORRÊA, 2010:91).

Entretanto, o espectro de países em desenvolvimento é bastante amplo e engloba nações com níveis de desenvolvimento bastante distintos. Resulta, assim, que a horizontalidade esperada em uma ação de cooperação Sul-Sul não necessariamente se verificará na prática. Em casos de cooperação entre países em semelhantes níveis de desenvolvimento, o ambiente é mais favorável à troca de experiências. Em relações de acentuada diferença entre os envolvidos, um dos países pode assumir maior protagonismo e mesmo reproduzir o modelo de cooperação Norte-Sul.

A cooperação triangular, por sua vez, pode compreender arranjos entre as modalidades Norte-Sul ou Sul-Sul. Trata-se de uma parceria entre dois governos, ou entre um governo e um organismo multilateral, em benefício de um país em desenvolvimento. Aproxima-se da cooperação Sul-Sul na medida em que se trata do intercâmbio e experiências entre países em desenvolvimento, ainda que com a participação de um país doador ou de um organismo internacional (CORRÊA, 2010:113).

Temas considerados como *low politics*, tais como meio ambiente, comércio, educação, saúde, ciência, tecnologia etc passaram a ter maior destaque junto à opinião pública e aos Estados e, precisamente, são os temas mais afeitos à construção de programas de cooperação internacional, oferecendo um ambiente de múltiplas

alternativas de ganhos e possibilidades aos atores envolvidos (SATO, 2010:48).

Embora possam existir motivações altruístas que permeiem as ações de cooperação internacional, em geral a prática visa o início ou o aumento de interação com nações e regiões. Economias em acelerado processo de industrialização, a exemplo da China, buscam parcerias com nações em desenvolvimento a fim de garantir mercados para sua produção e, principalmente, para assegurar o fornecimento de matérias-primas e de outros suprimentos necessários a ao seu crescimento econômico (SATO, 2010:48). Países beneficiários de programas de cooperação buscam, por exemplo, acesso a tecnologias e desenvolvimento de capacidades enquanto que países doadores ou provedores tem por objetivo a criação de zonas de influência ou de manutenção de hegemonias (CORRÊA, 2010:55). Assim, a promoção do desenvolvimento e a redução da pobreza, citados como os principais objetivos das ações de cooperação internacional, são alguns dos fatores que, associados a outros objetivos não declarados ou menos evidentes, motivam as nações a se engajarem em iniciativas de cooperação.

O Brasil foi um dos pioneiros, entre os países não doadores tradicionais, a criar um órgão específico para coordenar ações de cooperação internacional para o desenvolvimento, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) (CORRÊA, 2010:177). Criada pelo Decreto no 94.973, de 25 de setembro de 1987 e vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), a agência é responsável por coordenar, negociar, acompanhar e aprovar a cooperação para o desenvolvimento, tanto recebida quanto estabelecida entre Brasil e países em desenvolvimento.

Os projetos de cooperação técnica na modalidade horizontal coordenados pela agência são criados por demanda de governos estrangeiros ou organismos internacionais por meio de suas embaixadas no Brasil ou visitas e missões oficiais, ou ainda por meio de representações do Brasil no exterior, como embaixadas e delegações.

Ainda sobre essa modalidade de cooperação, fontes oficiais do governo brasileiro a caracterizam como baseada nos princípios do respeito à soberania e da não intervenção em assuntos internos de outras nações; sem fins lucrativos e desvinculada de interesses comerciais, com vistas ao compartilhamento das melhores

práticas desenvolvidas pelo Brasil nas áreas demandadas pelos países parceiros (IPEA, 2010:32).

A Política Exterior do Governo Lula da Silva

O governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) teve como característica principal de sua diplomacia e política exterior o propósito de democratizar a globalização. Nesse sentido, observaram-se as seguintes ações: reforço do papel do Estado como negociador internacional, defesa soberana dos interesses nacionais, aliança com países emergentes de objetivos idênticos, diálogo cooperativo com os países avançados e, finalmente, o combate à pobreza e à fome (CERVO; BUENO, 2008:493).

A posição do governo brasileiro em assembleias gerais na ONU, como também em reuniões de líderes mundiais e em órgãos multilaterais associava, há décadas, a questão de direitos humanos ao desenvolvimento. Durante o governo Lula, entretanto, as variáveis de combate à pobreza e a fome também se associam à questão (CERVO; BUENO, 2008:507). Em consonância com essa visão, as ações resultantes, no plano interno, se manifestam nos programas sociais como o Bolsa Família e o Fome Zero e, no externo, por meio da cooperação com países mais pobres, especialmente da África (CERVO; BUENO, 2008:508).

A reaproximação com a África promovida durante o governo Lula pode ser entendida como motivada pela necessidade de articulação entre os países do Sul em torno de interesses comuns a serem defendidos quando das negociações Norte-Sul. O continente, que conta com 54 países, poderia ser um apoiador do Brasil quando de votações para postos-chaves da governança internacional, como, por exemplo, na Organização das Nações Unidas (ONU). As ações compreendidas nesse sentido incluíram a abertura de novas embaixadas do Brasil na África; a instalação, em Brasília, de embaixadas do Sudão, da Namíbia e do Zimbábue; a visita a 14 países do continente africano e as visitas recebidas de chefes de Estado de Burkina Faso, Namíbia, Moçambique e Marrocos (ALTEMANI; LESSA, 2006:225).

A cooperação internacional para o desenvolvimento é uma importante ferramenta no movimento em direção à África, e conta com o suporte de diversos órgãos da administração pública, dentre eles a Embrapa. Além da área agrícola, a cooperação brasileira na África mobilizou também Forças Armadas, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Serviço Nacional Brasileiro de Assistência à Indústria (Senai) e Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Indústria (Sebrae) (ALTEMANI; LESSA, 2006:226).

Um índice da importância da cooperação técnica para o governo brasileiro no período são crescentes recursos destinados à cooperação: em 2005, correspondiam à R\$ 27.755.710,55, e mais que triplicam chegando, em 2009, à soma de R\$ 97.744.759,99 (IPEA, 2010:20). Nesse intervalo de quatro anos, R\$ 64.849.104,40 dos recursos de cooperação técnica, científica e tecnológica foram destinados à África, a segunda região a receber a maior dotação de recursos, depois de América Latina e Caribe (IPEA, 2010:57).

Ainda nesse período, consolida-se como paradigma a conduta logística, por meio da qual o Estado atua como indutor, apoiador e legitimador das iniciativas de outros atores econômicos e sociais (CERVO; BUENO, 2008:494). Nesse sentido, a internacionalização econômica converte-se em mais uma estratégia de ação externa, contando com o apoio logístico do Estado e financeiro de instituições nacionais (CERVO; BUENO, 2008:509).

Como benefícios do movimento de internacionalização, pode-se citar a captação de recursos financeiros, desenvolvimento tecnológico e elevação da produtividade ao nível sistêmico global, além de incentivo ao comércio exterior de qualidade.

O continente africano, ao experimentar uma redução no número de conflitos no início dos anos 2000, representa, para o Brasil, oportunidade para abertura de novos fluxos comerciais que poderia complementar os ganhos obtidos com as parcerias comerciais tradicionais como Estados Unidos e União Européia. Em termos de volume, as trocas comerciais entre Brasil e África passaram de US\$ 5 bilhões em 2002 para US\$ 26,5 bilhões em 2012. De acordo com a consultoria Ernst & Young, embora o Brasil represente apenas 0,6% dos investimentos estrangeiros

nos 54 países africanos, desde 2007 os aportes brasileiros cresceram 10,7% ao ano (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013).

De Receptora à Doadora - o Governo Lula da Silva e a Agenda de Cooperação Internacional da Embrapa

A Diretoria-Executiva que assumiu a gestão da empresa em fevereiro de 2005 apresentou, como Plano de Ação, a implantação de uma Agenda de cooperação na esfera internacional, a fim de consolidar a liderança da empresa na agricultura tropical. Essa liderança seria trabalhada nas relações de cooperação tanto com países mais desenvolvidos quanto com países em desenvolvimento. Falava-se, então, em uma Agenda para o Norte, que incluía o reforço dos Labex, já implantados nos EUA, França e Holanda, e a extensão do modelo ao continente asiático com o objetivo de acompanhar os avanços tecnológicos e ajudar o país na diminuição do *gap* de exclusão tecnológica. O que a Embrapa ofereceria em troca seriam conhecimento, informações, recursos da biodiversidade e inovação em agro-sistemas tropicais (CABRAL, 2005:236).

A segunda Agenda, em consonância com a política exterior do Brasil, voltava-se para a cooperação com os países do Sul². No entendimento da Diretoria recém empossada, tratava-se de uma agenda em que a instituição tinha posição mais favorável, dispondo-se a

“(...) oferecer treinamento , consultoria, transferência de tecnologia, serviços e produtos de base tecnológica, em sintonia com interesses do setor produtivo e terceiro setor, como estratégia competitiva ou de solidariedade entre povos amigos e irmãos.” (CABRAL, 2005:237).

A terceira agenda, chamada de “triangular” e financiada majoritariamente por organismos internacionais e fundos de combate à pobreza e à fome, visava à atuação da Embrapa como transmissora da inovação e do desenvolvimento territorial rural à países menos desenvolvidos da América Latina, Caribe, África e Ásia (CABRAL, 2005:237).

2 Sobre a agenda para o Sul e sua relação direta com a política exterior brasileira, ver reportagem: EXMAN, Fernando. “**ESPECIAL – Atuação da Embrapa vira instrumento de política externa**”. O Estado de São Paulo, 10 de julho de 2008.

Além da atuação nas três frentes de cooperação, a Diretoria se propôs a desenhar estratégias para enfrentar a internacionalização da inovação, a fim de evitar a perda de competências para empresas da iniciativa privada que não necessariamente teriam interesse brasileiro (CABRAL, 2005:237).

No âmbito da cooperação internacional em agropecuária, as principais áreas de atuação da Embrapa são: a segurança alimentar, a capacitação de recursos humanos, a validação de variedades e o aperfeiçoamento de sistemas de produção e desenvolvimento regionais. A atuação da empresa tem-se concentrado na cooperação bilateral, mediante projetos de cooperação técnica com ênfase na capacitação para o fortalecimento das instituições e treinamento de recursos humanos. Em 2010, a Embrapa alocou recursos orçamentários no montante de R\$ 1,5 milhão em cooperação técnica, destinados principalmente ao pagamento de horas técnicas de seus funcionários. (IPEA, 2013:36).

A internacionalização da Embrapa – processo de adequação das estruturas administrativas

A operacionalização das três frentes da agenda de cooperação resultou em alterações na estrutura administrativa da empresa. Em 21 de novembro de 2006, com o objetivo de agilizar e melhorar os processos e relacionamento com os públicos do âmbito da cooperação internacional, a Diretoria-Executiva da Embrapa aprovou e publicou em seu Boletim de Comunicação Administrativa (BCA) a criação da Assessoria de Relações Internacionais (ARI). As atribuições da nova assessoria eram de responsabilidade, até então, da Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento, extinta na mesma data (RODRIGUES, 2008). A ARI contava, em sua criação, com duas coordenadorias, a Coordenadoria de Cooperação Internacional – CCI e a Coordenadoria de Prospecção e Inovação - CPI.

O V Plano Diretor da Embrapa, publicado em abril de 2008 e com o horizonte em 2023, estabeleceu como visão da empresa “ser um dos líderes mundiais na geração de conhecimento, tecnologia, e inovação para a produção sustentável de alimentos, fibras e agroenergia” (Embrapa, 2008:18). Para realizar essa visão de

futuro, foram identificados os principais desafios a serem superados e, entre os desafios institucionais e organizacionais – também referidos como Diretrizes Estratégicas – destaca-se a Diretriz 5, que se refere à “Expandir a atuação internacional em suporte ao desenvolvimento da agricultura brasileira e à transferência de tecnologia”. À Diretriz 5 foram associadas as seguintes estratégias: expansão da atuação internacional da Embrapa com modelo institucional específico e em bases econômicas sustentáveis, de modo a viabilizar a criação de empresas ou associações (Embrapa Internacional); construir parcerias nacionais e internacionais para projetos de PD&I em consonância com os objetivos estratégicos da empresa; e dar suporte tecnológico à expansão da atuação internacional de empresas brasileiras no agronegócio (EMBRAPA, 2008:26).

Em fevereiro de 2010, com o objetivo de adequar a estrutura organizacional às políticas e diretrizes estratégicas da empresa, a Diretoria Executiva da Empresa converteu a ARI na Secretaria de Relações Internacionais (SRI). A Secretaria contava com três coordenadorias: Coordenadoria de Intercâmbio de Conhecimento, Coordenadoria de Cooperação Técnica, e Coordenadoria de Projetos Estruturantes. À Coordenadoria de Cooperação Técnica caberia a responsabilidade de desenvolver projetos de cooperação técnica ofertada a países com financiamento da ABC, e de agências bilaterais e multilaterais; e à Coordenadoria de Projetos Estruturantes, desenvolver atividades de prospecção para oportunidades de captação de recursos financeiros junto a governos, instituições e organismos financiadores internacionais, objetivando o desenvolvimentos de ações, programas e projetos de interesse da Embrapa.

Ainda em 2010, como apoio no plano doméstico às ações de cooperação internacional, a empresa inaugurou uma unidade descentralizada em Brasília com foco em monitoramento de tendências e perspectivas do agronegócio mundial, bem como apoio às capacitações em inovação da agricultura tropical. A Embrapa Estudos e Capacitações promoveu, ainda em seu primeiro ano de funcionamento, treinamento a 42 especialistas de 24 países da África (EMBRAPA, 2011:39)

A partir da edição da Medida Provisória nº 504, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 23 de setembro de 2010, convertida na Lei 12.383 de 1º de

março de 2011, a Embrapa ajustou-se aos requisitos jurídicos e legais para o adequado atendimento das demandas de países em desenvolvimento pelas tecnologias desenvolvidas na empresa, estando autorizada a exercer atividades integrantes de seu objeto social fora do território nacional.

Em 2011, Resolução Normativa da Empresa determinou que seria de competência exclusiva da SRI a articulação, a negociação, a coordenação da elaboração, a aprovação, o acompanhamento da execução e a avaliação de projetos de cooperação científica multilateral e de cooperação que envolva redes ou consórcios internacionais, bem como de projetos de cooperação técnica bilateral ou multilateral, inclusive aqueles que previam somente a participação de pesquisadores no apoio a projetos financiados por fonte externa para atuar em terceiros países, com apoio técnico das UDs e UCs.

A internacionalização da empresa ganha agilidade com a publicação do Decreto nº. 7.766, de 25 de junho de 2012, que aprova o Estatuto da Embrapa. O artigo 5º do decreto especifica os objetivos da atuação internacional da empresa, delimitando e regulando as atividades da empresa em âmbito internacional. Orientada principalmente para o fortalecimento da agricultura brasileira, a atuação internacional da empresa visa buscar oportunidades, desenvolver atividades de pesquisa e transferência de tecnologia agropecuária que fortaleçam, além da agricultura brasileira, a dos países em desenvolvimento e arrecadar e administrar recursos recebidos de organizações nacionais e internacionais como doação, bem como recursos oriundos de contratos de licenciamento de propriedade intelectual da Embrapa.

Em termos administrativos, o Decreto no. 7.766 avança ao delegar aos gestores das unidades situadas no exterior – escritórios e Labex – a assinatura de documentos e instrumentos para obter prestação de serviços, manejar e transferir recursos para instituições cooperantes, gerir recursos das unidades e representar a empresa em juízo ou administrativamente. A medida propicia maior agilidade na implementação e manutenção das estruturas localizadas no exterior, bem como na realização de suas atividades-fim.

No ano de 2014, a SRI passa por nova reestruturação. A Coordenadoria de

Projetos Estruturantes dá lugar à Coordenadoria de Políticas Globais – CPG que tem por objetivo acompanhar e gerenciar as posições institucionais em relação às agendas de trabalho das convenções, acordos, protocolos e instrumentos sob a égide das Nações Unidas, além de outras instâncias internacionais que tenham impacto na agricultura, sob coordenação do MRE e consulta à conselhos internos da Empresa, bem como ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Embrapa África e as ações de cooperação em Moçambique

Uma missão precursora do projeto Embrapa África foi instalado em Acra, Gana, em novembro de 2006 e, dezoito meses depois, inaugurou-se o prédio onde se instalou a Sede do Embrapa África. O escopo do projeto de transferência de tecnologias e conhecimento foi organizado em duas vertentes: Cooperação Técnica governo a governo, com interveniência da ABC/MRE, para ações de transferência e geração de tecnologias; e Negócios Tecnológicos, de governo para empresas, para transferência de tecnologias e licenciamento de direitos de propriedade.

O objetivo geral do escritório da Embrapa na África é articular as ações de cooperação técnica no continente, a fim de contribuir com governos de países africanos, por meio do aporte de tecnologias e conhecimento nos projetos em desenvolvimento e a serem desenvolvidos por instituições do setor agropecuário, no combate à fome e à pobreza (MAGALHÃES, 2008:40). Por meio de testes, o manejo de plantas e animais, bem como máquinas, implementos e outras tecnologias agropecuárias usadas no Brasil seriam ajustadas para as condições do continente africano (EMBRAPA, 2009:78).

Em 2008, sob orientação da ABC/MRE, a empresa visitou 19 dos 54 países africanos para ação de prospecção de problemas e oportunidades de cooperação técnica em termos de transferência de tecnologia agrícola. Foram identificados 35 projetos em 16 países, sendo que dois se encontravam em Moçambique, e dois estavam, naquele momento, em estágio de negociação: um para avaliação de solos das savanas africanas e outro para instalação de uma rede de unidades de treinamento

e transferência de tecnologias para modernizar e aumentar a produtividade da agricultura em Moçambique, com o objetivo de dar mais segurança alimentar à região.

Moçambique tem na agricultura a principal fonte de renda e trabalho para uma grande parte da população. Localizado no sudeste do continente africano, é banhado pelo Oceano Índico, possui fronteiras com outros seis países e tem o português como idioma oficial. O idioma, o compartilhamento de experiências e conhecimentos em temas de interesse comuns no âmbito do desenvolvimento do setor agropecuário e a existência de um bioma com características semelhantes às do Cerrado brasileiro, contribuíram para o estabelecimento das ações de cooperação nesse país.

Entre os desafios para o desenvolvimento do setor agropecuário no país, aponta-se a dependência de importações, ocasionais crises de abastecimento, baixa eficiência dos sistemas produtivos, uso restrito de tecnologias e pouco desenvolvimento de inovações para a agricultura, que resultam em baixo desempenho da atividade agropecuária. As políticas de governo para esse setor enfatizam a necessidade de aumento sustentável da produção e a autossuficiência em alimentos, especialmente em relação a culturas alimentares básicas. Em 2012, a Embrapa desenvolvia três projetos de longo prazo em Moçambique, sob a denominação de Programa Embrapa-ABC Moçambique:

- **Plataforma:** Projeto de Cooperação Técnica de Apoio à Plataforma de Inovação Agrária de Moçambique. Com previsão de encerramento em dezembro de 2014, tem por objetivo o fortalecimento do Sistema de Investigação Agropecuária de Moçambique. O Projeto é uma cooperação trilateral entre o Brasil, os Estados Unidos e Moçambique. Tem como agências coordenadoras a ABC/MRE e a USAID e, como executores, a Embrapa e o Ministério da Agricultura de Moçambique.
- **ProSavana:** Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala, em Moçambique. Com previsão de encerramento em

dezembro de 2016, tem por objetivos fortalecer a capacidade do sistema de inovação tecnológica em áreas estratégicas para o desenvolvimento agrícola e rural de Moçambique e melhorar a competitividade do setor, tanto em matéria de segurança alimentar quanto na geração de excedentes exportáveis. Cooperação trilateral entre Brasil, Japão e Moçambique.

- **ProAlimentos:** Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique. Com previsão de finalização em dezembro de 2014, tem por objetivo aumentar e diversificar a produção de hortaliças por produtores de base familiar por meio de implantação de novas tecnologias de cultivo, de modo a promover a oferta de alimentos e, conseqüentemente, enriquecer a dieta das famílias.

A esses projetos se deram o nome de estruturantes, pois visavam a estruturação de uma nova maneira de viabilizar desenvolvimentos tecnológicos e impactos mais duradouros e continuados no cenário da agricultura africana. Além disso, tinham por objetivo estabelecer uma modalidade de cooperação triangular Norte-Sul-Sul, em que a relação de cooperação Sul-Sul recebe apoio e financiamento do Norte, no caso, apoio financeiro da agência japonesa JICA e da agência americana USAID. Estimava-se, em 2010, que os três projetos seriam responsáveis pela movimentação de pelo menos US\$ 18,2 milhões (ANTUNES, 2010)³.

Resultados da Cooperação Técnica da Embrapa em Moçambique

Registra-se, em 2009, os seguintes resultados de dois projetos em andamento em Moçambique: o primeiro, de Desenvolvimento da Agricultura de Conservação, com participação técnica e financeira da instituição francesa CIRAD, alcançou a capacitação de três pesquisadores em melhoramento genético de fruteiras, videiras e hortaliças, e de um técnico em desenho de projetos de instalações de unidades de

³ Em reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo, o projeto de cooperação técnica em Moçambique é apresentado como o maior realizado pela empresa fora do Brasil, contando com a participação de 15 pessoas (MELLO, Patrícia Campos. “**Moçambique oferece terra à soja brasileira**”, Folha de São Paulo, 14 de agosto de 2011).

melhoramento genético. O segundo projeto, de Desenvolvimento da Agricultura de Conservação, promoveu a capacitação de 15 técnicos em técnicas de plantio direto e manejo de recursos naturais, especialmente solo e água. Ainda, ao final desse ano, foram concluídas as negociações de acordos de cooperação trilateral a serem assinados em 2010 pelo Governo de Moçambique e a ABC/MRE, um com participação do Governo dos Estados Unidos, por meio da USAID, para fortalecimento institucional da estrutura de pesquisa agropecuária e transferência de tecnologia em Moçambique (Plataforma); e outro com o Governo do Japão, por meio da JICA, para desenvolvimento agropecuário das savanas africanas (ProSavana) (EMBRAPA, 2010:47).

Em 2010, o projeto Plataforma de Inovação Agropecuária em Moçambique, teve como principal resultado a melhoria da infra-estrutura do Laboratório de Solos do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). Foram realizadas também capacitações de pesquisadores em gestão territorial e sustentabilidade, além de capacitação para técnicos da área de comunicação com vistas ao fortalecimento da comunicação institucional e à produção de programas de rádio. Ainda nesse ano foi assinado o ProSavana, em parceria com a agência de cooperação japonesa JICA e a ABC e mais um projeto estruturante: Segurança Alimentar, mais uma parceria com USAID e ABC (EMBRAPA, 2012:47).

Em relatórios de atividades referentes aos anos 2011, 2012 e 2013, a empresa destaca a continuidade dos projetos e, em função dos encerramentos previstos para dezembro de 2014, no caso dos projetos ProAlimentos e Plataforma, no momento da apresentação deste artigo ainda não se dispunham de dados consolidados e detalhados para o relatório de 2014. Informações de caráter geral – sem dados referentes a recursos investidos no período – indicam que, até o momento, os projetos realizaram, no caso do Plataforma, a coleta, organização e sistematização de informações sobre Moçambique e sua agricultura e, no caso do ProAlimentos, capacitação de recursos humanos por meio de cursos realizados no Brasil, nos EUA e em Moçambique, além da capacitação direta no formato "aprender fazendo" e o teste de mais de 70 variedades de diferentes espécies de hortaliças, em que pode-se verificar a adaptabilidade de muitas delas.

Considerações Finais

Embora tenha um longo histórico de experiências com a cooperação internacional, da qual inicialmente se beneficiou e posteriormente pôde participar de maneira mais ativa, a atuação internacional da Embrapa veio a ser mais amplamente conhecida a partir das iniciativas de internacionalização para a África.

Esse eixo de internacionalização insere-se no contexto de reforço das relações diplomáticas e comerciais do Brasil para com o continente africano, e conta com projetos de cooperação pontual e bilateral com diversos países. Além desses programas de curta duração, a empresa participa também de programas de maior envergadura – em termos de recursos e duração – em apenas quatro nações, das quais se destaca Moçambique, que conta com a presença de três projetos de cooperação trilateral. Esses projetos, chamados estruturantes, caracterizam-se por envolverem ações de longo prazo e que tem por objetivo estruturar novas maneiras de viabilizar desenvolvimentos tecnológicos e impactos mais duradouros no cenário da agricultura local.

A implementação dos projetos de cooperação brasileiros a partir de uma demanda da nação parceira e balizados pelos princípios de solidariedade e atendimento às reais necessidades desses países (IPEA, 2010:9) por si só não garantem uma percepção positiva por parte da população diretamente afetada nos países beneficiários.

No caso de Moçambique, agricultores locais impactados pelo projeto ProSavana alegam que não foram consultados sobre o trabalho da empresa e enxergam as ações ali empreendidas com desconfiança, pois temem sofrer desalojamento em favor do agronegócio, principalmente por parte de produtores estrangeiros⁴. Por essa ótica, o programa seria uma ameaça à soberania, à economia local e à segurança alimentar. Embora nas comunicações oficiais acerca do projeto

4 Sobre a percepção de pequenos produtores moçambicanos acerca do ProSavana, ver entrevista: BBC Brasil. **Embrapa está revendo presença na África, diz presidente**", disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/02/130122_embrapa_entrevista_2_jf_cc.shtml>. Visitado em 29 de dezembro de 2014. Ainda sobre a percepção de agricultores locais, ver reportagem: DW.DE. **“Camponeses moçambicanos desconfiam do projeto ProSavana”**. Disponível em <<http://www.dw.de/camponeses-mocambicanos-desconfiam-do-projeto-prosavana/a-16372527>>. Visitado em 29 de dezembro de 2014.

não exista qualquer menção à destinação da terras a investidores estrangeiros e o programa tenha por objetivo o desenvolvimento da agricultura tanto para o consumo interno quanto para excedentes exportáveis, experiências anteriores de remoção de habitantes originais sem a indenização adequada⁵, aliados a uma comunicação pouco eficiente quanto aos propósitos do programa junto às populações locais⁶ geraram críticas em Moçambique que repercutiram no Brasil, somando-se a outras críticas do público interno quanto à cooperação internacional promovida pelo país, como se verá a seguir.

Um forte apelo da cooperação Sul-Sul é a noção de solidariedade enquanto elemento motivador da aproximação de países em desenvolvimento em torno da troca de experiências para promoção sustentabilidade, da redução da pobreza, da inovação tecnológica e competitividade ou outros objetivos associados à noção de desenvolvimento. A base solidária justifica a alocação de recursos humanos e de escassos recursos financeiros, que poderiam ser utilizados em benefício de populações carentes de seu próprio país, em ações de cooperação internacional (CORRÊA, 2010: 91). Parte da opinião pública tende a se voltar contra esse tipo de iniciativa que, embora considerada nobre, é vista como excessiva quando o país ainda possui bolsões de pobreza⁷.

Entretanto, ações de cooperação se inserem em um contexto no qual outros ganhos e benefícios podem advir da aproximação entre países e, no caso da África, não obstante o fato de a cooperação praticada pelo Brasil caracterizar-se por não impor condicionalidades ou vínculos comerciais, o reforço da presença brasileira no continente faz-se oportuno frente às oportunidades presentes e as perspectivas de crescimento.

O continente africano, até então considerado marginal na economia mundial,

5 Folha de São Paulo. “**Projeto agrário apoiado pelo Brasil é alvo de críticas em Moçambique**”. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/11/1378723-projeto-agrario-apoiado-pelo-brasil-e-alvo-de-criticas-em-mocambique.shtml>>. Visitado em 29 de outubro de 2014.

6 A reboque da projeto de cooperação técnica, um polêmico projeto de concessão de terras a preços muito baixos foi implementado, conforme reportagem da Folha de São Paulo (MELLO, Patrícia Campos. “**Moçambique oferece terra à soja brasileira**”, Folha de São Paulo, 14 de agosto de 2011). A simultaneidade das ações contribui para o entendimento de que o projeto de cooperação tem implicação direta na iniciativa do governo moçambicano.

7 Sobre a opinião pública frente ao incremento das ações de cooperação internacional brasileiras, ver reportagem: CANTANHÊDE, Eliane; NUBLAT, Johana. “**Por prestígio, Brasil ajuda países pobres**”, Folha de São Paulo, 1º de agosto de 2010.

tem atraído a atenção e a presença de empresas estrangeiras, oriundas inclusive de outros países em desenvolvimento, especialmente China e Índia. Ao experimentar um ambiente de maior estabilidade em relação ao passado recente, e em que se observam avanços na democracia e crescimento econômico, a África se apresenta como um pólo de fornecimento de matérias-primas, fonte de energia e de alimentos, bem como mercado consumidor de produtos de baixo custo (LESSA, OLIVEIRA, 2013:207).

As ações de cooperação técnica da Embrapa em Moçambique, e na África como um todo, apesar de não resultarem diretamente em fluxos comerciais, fazem parte de um esforço da política externa brasileira para a promoção de negócios brasileiros no exterior e para o apoio à internacionalização de empresas brasileiras. Como reflexo, reportagem do jornal Folha de São Paulo de 2013 apontava, por exemplo, crescente interesse do empresariado brasileiro na África, em que pesquisa realizada pela Fundação Dom Cabral indicava que o continente foi escolhido para a abertura de subsidiária no exterior por 6,5% das empresas entrevistadas. Entre as franquias, indicava-se um percentual ainda maior, de 18,75%, o mesmo auferido pela Europa⁸.

Nesse sentido, por exemplo, a Embrapa, em conjunto com a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e parceria com o Fórum para Pesquisa Agropecuária na África (FARA) lançaram, em 2013, o Portal África⁹, iniciativa que reúne tecnologias para a agricultura tropical com máquinas, implementos e equipamentos agrícolas desenvolvidos no Brasil aptos para o uso no continente africano. A iniciativa concilia informações de utilidade pública, referentes às tecnologias desenvolvidas pela empresa brasileira de pesquisa e que podem ser filtradas por país, área de interesse e tema; e informações de cunho mercadológico, por meio da apresentação de equipamentos produzidos por diversas indústrias brasileiras e uma listagem de todos os fabricantes associados à CSMIA¹⁰-ABIMAQ.

8 CARNEIRO, Mariana. “**Interesse de empresas do Brasil pela África aumenta**”, Folha de São Paulo, 29 de abril de 2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/08/1333630-interesse-de-empresas-do-brasil-pela-africa-aumenta.shtml>>. Acesso em 27 de novembro de 2014.

9 Disponível em <http://www.portalafrica.com.br/portalafrica/public_html/index.php>. Visitado em 24 de novembro de 2014.

10 CSMIA – Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas.

Atualmente, a empresa revê sua estratégia para a África, a fim de evitar a fragmentação de sua ação e de seus recursos, que não são abundantes, entre muitos países do continente. Com esse intuito, tem se aproximado da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que já conta com uma rede de operação estruturada na região¹¹. Além disso, a Unidade Descentralizada focada em treinamentos para profissionais de outros países, a Embrapa Estudos e Capacitação foi extinta, e teve suas ações e equipes absorvidas por um a Unidades Central, o Departamento de Transferência de Tecnologia.

Ainda assim, de maneira geral, pode-se afirmar que os resultados da priorização, por parte do governo brasileiro, da Cooperação Sul-Sul, bem como a ampliação e o fortalecimento das relações diplomáticas com a África seguem sendo difíceis de avaliar e, do ponto de vista econômico, por se tratarem de ações de longo prazo, gerarão resultados no médio e no longo prazo (LESSA, OLIVEIRA, 2013:130).

Não obstante, se os resultados econômicos ainda não são passíveis de mensuração, em termos de influência pode-se verificar alguns resultados das ações empreendidas pelo governo brasileiro para inserção internacional nos anos 2000. A aproximação dos países do Sul por meio da intensificação da atividade econômica, diplomática e por meio das ações de cooperação técnica, dentro das quais a cooperação em agricultura e pesquisa agropecuária tem desempenhado um importante papel, contribuiu, em conjunto com outros esforços para a inserção internacional, para o alcance de resultados significativos para a política exterior nacional tais como a eleição de brasileiros para a direção-geral da FAO em 2011 e a para a direção-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2013.

11 Segundo o atual Presidente Mauricio Antônio Lopes em entrevista à BBC Brasil. FELLET, João. Embrapa está revendo presença na África. BBC Brasil. Disponível em < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/02/130122_embrapa_entrevista_2_jf_cc.shtml> . Acesso em 29.dez.2014.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Cláudia. **Para facilitar cooperação externa, Embrapa vai se internacionalizar.** Caderno Mercado. Folha de São Paulo, São Paulo, segunda-feira, 10 de maio de 2010.

BBC Brasil. **Brasil corre para abrir novas fronteiras na África.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/bbc/2013/06/1293114-brasil-corre-para-abrir-novas-fronteiras-na-africa.shtml>>. Visitado em 27 de novembro de 2014.

CABRAL, J. Irineu. **Sol da Manhã: memória da Embrapa.** Brasília: UNESCO, 2005.

CACCIAMALI, Maria Cristina; BOBIK, Márcio; CELLI JR, Umberto. Em busca de uma nova inserção da América Latina na economia global. **Estudo Avançados 26 (75)**, São Paulo, 2012 p.91-110.

CARNEIRO, Mariana. **Interesse de empresas do Brasil pela África aumenta.** Caderno Mercado. Folha de São Paulo, São Paulo, segunda-feira, 29 de agosto de 2013 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/08/1333630-interesse-de-empresas-do-brasil-pela-africaaumenta.Shtml>>. Acesso em 27 de novembro de 2014.

CERDO, Amado Luís; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CORRÊA, Márcio Lopes. **Prática comentada da cooperação internacional: entre a hegemonia e a busca da autonomia.** Brasília [s/n], 2010.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Boletim de Comunicações Administrativas – BCA Nº 9, de 01.03.2010.** Brasília:

Embrapa, 2010.

_____. Assessoria de Comunicação Social. **Desafios para uma Agricultura Sustentável**. Brasília: Embrapa, 2009.

_____. Assessoria de Comunicação Social. **O Fortalecimento da Pesquisa Agropecuária**. Brasília: Embrapa, 2010.

_____. Secretaria de Comunicação. **O saber que sustenta a agricultura tropical**. Brasília: Embrapa, 2011.

_____. Secretaria de Comunicação. **Relatório 2011: Ano Embrapa de Sustentabilidade e Responsabilidade Social**. Brasília: Embrapa, 2012.

_____. **Pesquisa Agropecuária e qualidade de vida: a história da Embrapa**. Brasília: Embrapa, 2002.

_____. **V Plano-Diretor da Embrapa: 2008-2011-2023**. Brasília, Embrapa, 2008.

_____. **Portal Embrapa**. Disponível em: <www.embrapa.br>. Acesso em 05.jan.2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional : 2005-2009**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira de Cooperação. - Brasília : Ipea : ABC, 2010.

_____. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional : 2010**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira de Cooperação. – Brasília : Ipea : ABC, 2013.

RODRIGUES, Maria Devanir Freitas. **Comunicação e Marketing Internacional**

para o Labex Estados Unidos: O caso Embrapa. Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília, como requisito parcial para obtenção do certificado de Especialista em Relações Internacionais. Orientadora: Profs. Msc. Renata Sanches. Brasília, 2008.

MAGALHÃES, Bonifácio Peixoto. **Política Externa do Brasil em Agricultura: O Papel da Embrapa na Cooperação Técnica.** Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Orientadora: Profa. Cristina Yumie Aoki Inoue. Brasília, 2008.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (org). **Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas.** São Paulo: Saraiva, 2006.

_____(org). **Parcerias Estratégicas do Brasil: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

SATO, Eiiti. Cooperação Internacional: uma Componente Essencial das Relações Internacionais. Publicado em RECIIS – **R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde.** Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.46-57, mar., 2010 NETHIS/FIOCRUZ.